

**DFK & Associados**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DAS CALDAS DA RAINHA**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS****EXERCÍCIO DE 2014**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento das Caldas da Rainha, ("SMAS") as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 34.747.480 euros e um total de fundos próprios de 33.214.330 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 472.954 euros), a Demonstração dos resultados e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 6.299.679 euros de despesa paga e um total de 7.070.504 euros de receita cobrada bruta) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento das Caldas da Rainha, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados, e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
- A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e



- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Pelo facto de estarmos a examinar pela primeira vez as demonstrações financeiras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento das Caldas da Rainha não podemos garantir que os saldos de abertura e consequentemente os comparativos com o exercício anterior estejam isentos de erros e de distorções materialmente relevantes.
8. O Município das Caldas da Rainha, em exercícios anteriores, celebrou vários contratos de financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro) relativos a diversos projetos de investimento que foram realizados e financiados pelos SMAS. Decorrente desta situação, os SMAS tem por reconhecer no seu ativo um valor a receber do Município no montante total de 2.917.196 euros por contrapartida de Proveitos diferidos, no montante referente ao investimento financiado ainda não depreciado, e de Resultados transitados no montante relativo às depreciações já reconhecidas.
9. O ativo dos SMAS incluiu valores a receber de clientes que se apresentam com fortes indícios de incobrábilidade, para os quais não foram constituídas provisões, no montante total aproximado de 880.000 euros, dos quais 780.000 respeitam ao Município de Óbidos e 100.000 euros ao Município de Alcobaça.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 anterior e exceto quanto ao efeito das situações descritas nos parágrafos 8 e 9 anteriores, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento das Caldas da Rainha, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

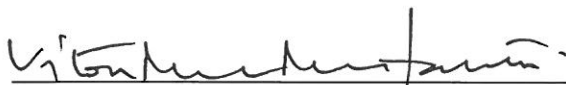
12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 10 anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

12.1. As demonstrações financeiras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento das Caldas da Rainha foram individualmente sujeitas a certificação das contas, não fazendo parte das demonstrações financeiras do Município das Caldas da Rainha, por não terem sido integradas.

12.2. No curso do exercício de 2014 foi efetuado, por entidade externa ao SMAS, um processo de inventariação integral e respetiva avaliação dos bens de imobilizado corpóreo, bem como a conciliação entre os registos contabilísticos e a existência física dos bens propriedade dos SMAS. Este trabalho, teve um impacto positivo no ativo e nos fundos próprios no montante de 10.404.829 euros.

12.3 Conforme informação dos consultores jurídicos, a entidade Águas do Oeste intentou uma ação contra os SMAS, na qual reclama o pagamento total de 590.000 euros, relativo ao consumo dos caudais mínimos de água contratualizados para os anos de 2010 e 2011. Com referência a 31 de dezembro de 2014, o passivo dos SMAS não reflete o registo das faturas em causa, sendo convicção da Administração que este processo venha a ser concluído a favor dos SMAS.

Lisboa, 6 de abril de 2015



Vítor Manuel Mendes Santos (ROC 939) em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda